

## **DOMINGOS THEOTÔNIO JORGE: A REVOLUÇÃO DE 1817 E A ESPETACULARIZAÇÃO DO PODER**

Clécia Maria da Silva<sup>1</sup>

### **POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA**

Ao longo do século XIX a História Política desfrutou de grande prestígio, suas atenções eram voltadas para os eventos. Um campo histórico que privilegiava as abordagens nacionais e particulares contadas através de uma narrativa, limitada a uma descrição linear exaltando o papel dos grandes líderes.

Esta posição passou a ser fortemente criticada a partir dos anos de 1929 com o lançamento da revista *Annales*, esta em nome de uma história total passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história voltada para o econômico e o social. Ela se sustentava nos estudos que focalizavam: as ações dos sujeitos coletivos, seus trabalhos e produções.

As abordagens eram analisadas e refletidas de forma sistemática e crítica, mas que acabavam sendo reduzidas a conceitos. Sua atenção centrava-se ainda na média duração, ou seja, um recorte temporal de cerca de 30 a 50 anos, o qual era considerado por José Jobson Arruda como “crítico para a percepção histórica na medida em que se instala entre a fugacidade do tempo curto e a longevidade da duração secular” (ARRUDA: 2007; 26), mas também o suficiente para possibilitar a ascensão de uma classe social e sua participação no jogo do poder.

A nova perspectiva da história lançada pelos *Annales* passou a fazer inúmeras críticas aquela história política tida como tradicional afirmando que esta era elitista, individualista, factualista, idealista e subjetiva. Ela ainda propunha um novo momento onde era chegada a hora de uma história que deixasse de lado os tronos, os reis e passasse a abordar os povos e as sociedades.

A história política ficou nesta situação marginal até o início dos anos de 1970, quando passaram serem rediscutidos conceitos clássicos e práticas tradicionais que permitiram uma renovação ou como Rened Remond denomina de “renascimento da história política” (FERREIRA, 1992: 02). O primeiro deles refere-se aos microrrecortes onde se busca reconstruir o passado a partir de pequenos núcleos como: a família, os operários, os

---

<sup>1</sup> Mestre pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professora estatutária na Prefeitura da Cidade do Recife (PCR).

camponeses em detrimento dos macrotemas que aglutinava a conjuntura e a estrutura. Em seguida a priorização do tempo que deve tanto ser o longo quanto o curto prazo, pois permite observar as permanências quanto possibilita observar por meio da comparação de um longo tempo homogêneo as mudanças acontecidas numa estrutura após um acontecimento singular. Este último reveste-se de suma importância uma vez que é produtor de uma estrutura que liga passado, o presente e futuro por meio de uma análise dialética.

A apreciação documental feita estatisticamente aumentou consideravelmente devido a um crescimento de fontes como: as pesquisas de opiniões públicas, disputas eleitoras, os recenseamentos. Estas bases de pesquisas permitiram ao historiador chegar a conclusões tanto quantitativas quanto qualitativas uma vez que permitiram por meio da conexão dos dados uma análise das posições políticas das origens sociais dos entrevistados quanto suas quantificações.

Por último, a narrativa que nas palavras de Roger Chartier não estaria passando por um momento de retorno e sim atravessando um processo de mutação adquiriu desta forma características típicas das narrativas históricas. As mudanças desta narrativa demonstraram a substituição dos grandes personagens e dos heróis pelas entidades anônimas e abstratas (sociedades, classes, mentalidades etc.), o tempo construído com base nas recordações deu lugar a uma “temporalidade construída, hierarquizada e articulada” e abandonou o “caráter auto-explicativo da narração” por um “conhecimento controlável e verificável” (CHARTIER; 1994; 02).

Além daquelas discussões pontualizadas, René Remond assinala outros fatores que contribuíram para este “retorno”, o primeiro, deve-se as crises econômicas, as quais faziam necessária uma constante intervenção do Estado, este por sua vez tinha seu raio de atuação ampliado permitindo assim o desenvolvimento de políticas públicas. O segundo corresponde às reflexões feitas a partir das severas críticas a história política, o que suscitou na iniciativa de retomar e redescobrir as contribuições dos historiadores do passado como: Charles Seignobos, que detectou as diversidades das naturezas dos partidos políticos bem como a antiguidade de sua atuação; André Siegfried teve um aprofundado conhecimento dos comportamentos eleitorais que possibilitava uma visão mais complexa das manifestações de opiniões; e George Weil que se interessou por uma diversidade de temas que posteriormente foram tomados pela Nova História Política. Uma terceira contribuição pode ser ainda

ressaltada, é o contato da História com outras disciplinas como a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, a Lingüística possibilitaram novos campos e abordagens além de uma inovação nos conceitos e técnicas de investigação.

A partir desses pressupostos Rened Remond considera a História Política reabilitada uma vez que passou a se

“ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, no jogo político, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não estava voltado mais para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos que combina o instantâneo e o experimentalmente lento” (FERREIRA, 1992: 03/04).

Assim reconstituída a História Política se disseminou abrangendo uma diversidade de temas que segundo Marieta Ferreira não pode ser reclusa em uma instância ou domínio, no entanto deve ser visto como afirma Remond “como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites” (REMOND: 1996, 442).

A História Política assim percebida constrói uma realidade distinta para onde convergem todas as atividades humanas, esta se dá por meio de um entrecruzamento de uma diversidade de interesses, de opiniões e de pertencimentos sociais. Assim, sem delimitações ou fronteiras o político passou a ser estudado nos últimos anos por meio de áreas abstratas como: o poder, a memória e o imaginário.

Centraremos nossa atenção a partir deste momento no poder, uma vez que é a primeira e mais freqüente referência à política, pois corresponde assiduamente como a conquista, o exercício e a prática daquele primeiro. Esta vivência da política no Ocidente é comumente associada à nação, na maior parte das vezes representada pelo Estado.

Michel Foucault analisando a concepção do poder propôs uma inovação no estudo do mesmo, para isso rompeu com compreensões e abordagens clássicas que afirmavam que aquele poderia ser herdado, usurpado, conquistado, comprado ou vendido. Ele propunha que o poder é algo exercido, ou seja, “só existe em ação”, como também de que ele é “acima de tudo uma relação de forças” (FOUCAULT: 1979, 175).

A partir deste pressuposto percebemos que o poder é uma prática social constituída historicamente. Por prática social compreendemos como sendo modalidades de agir, de pensar que devem ser entendidas através dos laços de interdependências que regulam as relações

entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras e situações pelas estruturas de poder (CHARTIER: 1990,23), por isso assumem formas desiguais, heterogêneas e que estão em constante transformação para reconhecer uma identidade.

Por identidade tomamos como referência “uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento, ou seja, uma construção imaginária que produz coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo com a coletividade, e estabelece a diferença” (PESAVENTO: 2005,89/90). Assim, passaremos a observar como em princípios do século XIX a sociedade, destacadamente o grupo militar, como também o cenário político vivenciado pela mesma estava em transformação possibilitando associações, mudanças de governo e represálias.

## **O ENREDO: CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DA REVOLUÇÃO DE 1817**

No contexto político e social do ano de 1817 percebemos cerca de pelo menos dois grupos políticos com pretensões administrativas bem distintas e que estavam constituídos por um diversificado grupo da população, ou seja, comerciantes, funcionários públicos, militares, sacerdotes e populares que buscavam tomar o poder e gerir o governo da província.

O primeiro seria os Absolutistas ou Corcundas, constituídos em sua maior parte por portugueses, destacadamente os do ramo comercial, que pretendiam manter a administração pública nos moldes do Antigo Regime, ou seja, conservar os poderes políticos, econômicos e militares nos funcionários lusos designados pelo rei. O segundo, denominado pelos contemporâneos como, Partido Brasileiro, o qual era composto por naturais da terra, que ansiavam por maior liberdade comercial, ocupação nos cargos públicos, redução das tarifas tributárias, a independência, uma constituição e implantação de um governo republicano.

A disputa daqueles dois grupos foi motivada em geral por insatisfação e penúria que atingia todos os grupos sociais e que se enquadravam no contexto de crise do Antigo Regime. Contemporâneos como Hipólito José da Costa e Francisco Muniz Tavares como também cronistas franceses, dentre eles Tollenare, afirmavam que as condições de descontentamento e privação atingiam diretamente o povo e mais destacadamente os militares, pois eram recrutados daquele grupo social.

O povo correspondia a um numeroso e expressivo grupo formado pela crescente população mestiça composta de: negros, pardos e mulatos que viviam de forma livre. Compunha cerca de 42% da população da província de Pernambuco. Eles habitavam as regiões marginais dos núcleos urbanos do Recife e Olinda, precisamente nos bairros populares de São José, Afogados, Boa Viagem e Beberibe, desempenhando atividades ligadas ao artesanato, às artes e ofícios diversos como: canoeiros, marceneiros, tanoeiros, alfaiates, vendeiras e doceiras.

Além daqueles núcleos, ocupavam também os arredores dos engenhos de cana-de-açúcar, onde eram classificados, segundo Tollenare, como lavradores e moradores. Pelo seu quantitativo, mobilidade e articulação social foi o alvo das tentativas de controle e subordinação impostas pelas autoridades luso-brasileiras em princípio do século XIX, e isto se deu de diversas maneiras: as obras públicas, castigos, repressões, toques de recolher, lei seca e mais precisamente o recrutamento para o serviço militar.

O jornalista Hipólito José da Costa em seu periódico, O Correio Braziliense, afirmava que havia um descontentamento das tropas e do povo, os primeiros por não receberem seus soldos e não disporem de outros meios de subsistência e o segundo devido às contribuições e os alistamentos exigidos para a Guerra de Montevidéu. Funcionários franceses que se encontravam no Brasil relatavam aos seus superiores que “havia mais de um anno que a Guarnição de Pernambuco era mal paga e mal alimentada pelo governo provincial” (LIMA:1917, 61).

Tollenare complementava que “(...) a condição do militar brasileiro era toda ella difícil: o soldo era mingado, os soldados, quase todos casados e com família, não podendo adicionar-lhes ganhos provenientes de outros trabalhos” (LIMA:1917, 61). Somadas as condições de penúria social, Francisco Muniz Tavares acrescenta a insatisfação com a gerência provincial, uma vez que o governador da província de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda era apontado como imparcial, pois era acusado pelos portugueses de fraco e indolente e pelos brasileiros de injusto; os pesados tributos que recaíam sobre toda a “indústria” (LIMA:1917, 61) (da agricultura ao tráfico de escravos), a negligência com a saúde pública, provocada pela falta de água limpa para o consumo e a falta de calçamento nas ruas que provocava a permanência de lamas.

Mediante a tais situações e outras não abordadas neste estudo o movimento eclodiu no dia 06 de março de 1817 com as prisões dos capitães, secretário e tenente do regimento de artilharia. Como nos afirma Pereira da Costa, a insurreição aconteceu de forma precipitada uma vez que estava planejada para acontecer após as festividades da páscoa que naquele ano aconteceria nos primeiros dias do mês abril, a brevidade decorreu das ordens do governador da província Caetano Pinto de Miranda, o qual havia se reunido com o Conselho de Guerra na manhã daquele mesmo dia devido a cartas cujo teor denunciava a idealização do acontecido.

O movimento durou um pouco mais de 70 dias, contudo sua brevidade proporcionou o término da situação de colônia e o fim da autoridade real na província durante este período. Além disto, foi criado um Governo Provisório que enviou representantes as demais províncias vizinhas e aos Estados Unidos da América, criou uma Constituição, uma bandeira e um hino, elaborou fardas, aumentou os soldos e promoveu os militares aos altos cargos da oficialidade.

A repressão foi rápida e partiu do governador da província da Bahia, o Conde dos Arcos, que prendeu e condenou à morte os enviados da revolução para aquela localidade, dentre eles o Padre Roma. Em seguida foram enviadas tropas em duas frentes de batalha, a primeira por terra cujas batalhas foram travadas na parte sul da província e com a ajuda de alguns senhores de engenho contrários ao movimento e uma segunda por mar onde promoveram um cerco ao porto do Recife.

Embora tendo procurado resistir e declarado ultimato ao bloqueio naval os rebeldes abandonaram o Governo e fugiram da Vila do Recife. Após estes acontecimentos seguiram-se manifestações e ações favoráveis ao restabelecimento da ordem real, a qual se deu por meio do hasteamento da bandeira portuguesa, de prisões, agressões e penalizações de morte.

## **A ESPETACULARIZAÇÃO DO PODER**

A revolução de 1817 apesar de ter sido breve teve conseqüências bastante significativas para toda população, especialmente os militares, pois participaram de todos os momentos desde a erupção até a repressão e conseguiram, mesmo que em um conciso período, o aumento no soldo e as promoções militares. Como já mencionamos anteriormente o poder é algo que é exercido e quando este passou a ser praticado novamente pela administração real foi cumprido e exibido para afirmar a sua força.

A asseveração do poder real foi perpetrada por meio da espetacularização da punição, ou seja, as penalidades de mortes foram executadas como um espetáculo dramático. Por este último compreendemos com um meio de obter a subordinação e a passividade da população por meio da teatralidade que na maioria das vezes é encenada num drama, isto decorre do fato de ter colocado em prática a violência das instituições, sancionar publicamente as transgressões tidas como invioláveis pela sociedade e seu poder (BALANDIER: 1982, 10).

Assim, a punição da pena de morte aplicada nos moldes da teatocracia foi imposta a dois militares: Antônio Henriques Rabelo e Domingos Theotônio Jorge, ambos foram enforcados, esquartejados e partes dos seus corpos expostos nas ruas e nos quartéis da Vila do Recife, pois segundo as comissões militares eles foram considerados chefes da revolução de 1817.

## O ATOR POLÍTICO

De acordo com Balandier o ator político é aquele que sabe comandar o real através do imaginário ele pode aparecer em uma ou outra cena, separá-la, governá-la e produzir um espetáculo (BALANDIER: 1982, 06). Domingos Theotônio Jorge Martins foi um dos atores principais de 1817, ele nasceu em Una no ano de 1779, segundo Oliveira Lima era proveniente de boa família, ou seja, uma família com posses e proveniente do interior da província, a região do agreste.

Recebeu instrução militar no mesmo regimento onde sentou praça e no ano da Revolução de 1817 exercia a função de capitão do Regimento de Artilharia. A exemplo de outros militares nascido no Brasil solicitou no ano de 1816 a promoção para Sargento-Mor e mesmo tendo sete anos de serviço a mais que os seus concorrentes o governador Caetano Pinto classificou-o apenas depois dos capitães José de Barros Lima e José Luis Pereira Bacelar.

Domingos Theotônio Jorge Martins teve uma forte ligação com o comerciante Domingos José Martins, a quem acompanhou numa viagem à Bahia em 1815 e de onde seguiu só para o Rio de Janeiro, acrescentando-se as incursões desempenhadas para aquele comerciante à Paraíba. Segundo as fontes, Francisco Muniz Tavares e Pereira da Costa, afirmam que tais viagens eram a serviço da maçonaria com o intuito de “se aplicar seriamente á sublime theoria da emancipação” (TAVARES: 1917,35). O primeiro acrescenta que eles se

reuniam na residência de Domingos Martins onde “conferenciavam á espera do signal ou aviso dos seus mestres do sul, os quaes esperavam da Europa para se distribuir pelo Brazil” (TAVARES: 1917,37) e brindavam pronunciando os seguintes versos: “Quando se juntarem/ Quarenta mil patriotas,/ Então veremos surtir/ Derrotas sobre derrotas” (TAVARES: 1917,37).

Na revolução de 6 de março de 1817 participou ativamente desde o principio, pois foi um dos militares denunciado e mandado aprisioná-lo como conspirador pelo Conselho de Guerra. Francisco Muniz Tavares descreve a cena da seguinte forma:

“o Brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa, Chefe da Artilharia. Portuguez orgulhoso, altivo, violento, e severo persuadia-se de que nenhum dos seus subalternos se arriscaria a desobedecer-lhe em face. Com esta presumpção mandou avisar aos officiaes do seu regimento que na hora indicada se apresentassem no quartel. (...). Quando todos reunirão-se começou o Chefe a falar com tom insolente da agitação da Província, e declarou que era no seu regimento que se aninhavão os principaes agitadores. O capitão Domingos Theotônio Jorge crendo-se ofendido, respondeu que elle chefe, e não os seus officiaes, era reprehensível por ter-se bandeado como partido Portuguez oppressor dos Brasileiros. He, o que acontece ao superior, que desce da altura do seu posto para medir-se no terreno com os inferiores. O Barbosa coberto de vergonha não retorquiu voltou-se ao Capitão Antonio José Victoriano, e ordenou-lhe que immediatamente conduzisse a prisão da fortaleza das Cinco-Pontas e temerário que ousava insultá-lo: foi obedecido sem hesitação. Saindo do quartel, o prisioneiro entrou em furor, e gritava pelas ruas por onde passava, *traição, traição*: naquella hora o povo estava reconcentrado nas suas habitações; os gritos não forão ouvidos, (...)” (TAVARES: 1917,37).

O fato relatado pelo cronista nos aponta pelo menos algumas situações político-sociais do período: o primeiro as animosidades entre brasileiros e portugueses, a indicação de que já havia uma conspiração preparada e como tal, acreditava-se numa virada onde o poder agora passaria a ser exercido por aqueles que até então eram subordinados. O movimento a partir de então se desenvolveu e os rebeldes assim que assumiram o comando da província providenciaram a soltura do militar o qual se dirigiu para o Campo do Erário onde conseguiu a rendição do Marechal José Roberto Pereira bem como as tropas milicianas que estavam sob seu comando.

Após os acontecidos do dia 06, deu-se a evolução do movimento com os revoltosos elegendo um Governo Provisório no qual fez parte o capitão de artilharia para representar o setor militar assumindo o posto de Coronel da Artilharia. Dentre as medidas adotadas pelo Governo Provisório em relação aos militares podemos destacar: o aumento nos soldos, a realização das promoções e até mesmo o negligenciamento do recrutamento.

Embora tenha atendido alguns anseios dos setores militares e recebido o apoio dos mesmos o movimento foi breve e caminhou para sua decadência. No seu momento mais crítico, quando o porto do Recife estava sofrendo com o bloqueio naval, perdido duas batalhas importantes no sul da província, a falta de comunicação, 300 rebeldes feitos prisioneiros e os demais integrantes buscando salvaguardar-se em suas casas sob o pretexto de moléstias, Domingos Theotônio Jorge assumiu o papel de ditador militar.

Em determinada função e mediante a tal contexto buscou negociar em carta de capitulação uma rendição com o comandante do bloqueio Rodrigo Ferreira Lobo nos seguintes termos:

“Os patriotas á testa do partido da independencia entregarão ao comandante do bloqueio por parte de S. Majestade Fidelissima, os cofres públicos, munições e mais efeitos pertencentes outrora à Coroa, no estado em que atualmente se acharem. A vila do Recife, Santo Antonio e Boa Vistanão sofrerão dano algum pelo partido independente. Os prisioneiros que se acham em poder das autoridades atuais em razão das suas opiniões públicas, serão relaxados da prisão. S. Majestade Fidelíssima concederá anistia geral a todos os implicados na presente revolução, e haverá perfeito esquecimento de todos os atos praticados até hoje, como se nunca tivessem existido, e ninguém poderá ser por êles perseguidos. Será permitido a qualquer que se quiser retirar deste pôrto. O fazê-lo com sua família, dondo-se-lhe o devido passaporte, e podendo dispor livremente de todos os bens que possuem, quer de raiz, quer de móveis. Para verificação e entrega, que deve fazer o partido independente, mandará o Comandante do bloqueio um comissário seu, que à vistas dos respectivos livros dos cofres será entregue, do que existir. Feita a entrega, levantará o Comandante o bloqueio afim de deixar passar o vaso, ou vasos neutros, que levarem os que se quiserem retirar. Deverá o Comandante do bloqueio expedir incontinentemente ordem ao comandante do exercito de S. Majestade Fidelíssima, para que não avance contra esta praça, enquanto não ultimar a presente negociação.” (COSTA: 1958, 456).

Por seus escritos fica perceptível a situação de fragilidade e humilhação do governo, contudo aproveitando-se desta situação e dispondo de uma forte força bélica o comandante do bloqueio não hesitou em demonstrá-las. Em sua resposta, já ficava evidenciada a forma como seria a retomada do poder real, uma ação marcada pela violência, pelo terror e perseguições como foram descritas a baixo:

“eu tenho em meu favor a razão, a lei e a força armada tanto terrestre como marítima, para poder entrar no Recife, com a espada na mão, a fim de castigar muito à minha vontade a todo e qualquer patriota, ou infiel vassalo, que são sinônimos, por terem atropelado o sagrado das leis de El-Rei Nosso Senhor (....)” (COSTA: 1958, 457)

Mais uma vez buscando negociar Domingos Theotônio Jorge envia uma nova capitulação sob a forma de um ultimatum ameaçando assassinar a todos os realistas e incendiar as vilas do Recife, Santo Antônio e Boa Vista.

“Amanhã 19 do corrente, assim, se não chegar a resposta do dito Comandante até o meio dia, serão passados à espada todos os presos tanto oficiais gerais no ofício de S. Majestade Fidelíssima, como os mais prisioneiros por opiniões realistas. O Recife, Santo Antônio e Boa Vista serão arrasados, incendiados: todos os europeus de nascimento serão mortos. Estas promessas serão executadas apesar da repugnância que tenho em usar de medidas de rigor. (...) (COSTA: 1958, 457).

Mesmo com todas as ameaças o ditador abandona o Recife sem cumprir nenhuma das promessas. Pereira da Costa afirma que ainda havia meios de resistência, pois as tropas realistas estavam distantes do Recife e a guarnição revolucionária apresentava resistência e firmeza, contudo estas eram informações que o ditador desconhecia devido a falta de comunicação.

Após a sua retirada, os comandantes das fortalezas hastearam as bandeiras lusas permitindo assim o desembarque do comandante do bloqueio. Rodrigo Ferreira Lobo, o qual foi logo substituído pelo último governador luso na província de Pernambuco Luis do Rego, o qual no prédio do Palácio do Governo montou a Comissão Militar para julgar os envolvidos. De acordo com Francisco Muniz Tavares os julgamentos e punições mais pareciam vinganças pessoais do que condenações políticas.

Louis Tollenare e Francisco Muniz Tavares acompanharam as condenações, todavia o francês assistiu apenas a do padre Tenório vigário de Itamaracá, pois afirmava ele que “os detalhes que precedem às execuções oprimem a alma” (TOLLENARE: 1978, 195). O caso de Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa foi relatado tanto por Francisco Muniz quanto pelo padre Dias Martins, ambas as descrições presentes em Pereira da Costa, os detalhes das execuções são descritas para que correspondam e teatralizem a participação de cada elemento que compõe a ordem instituída: a força militar, as irmandades leigas, a justiça, o clero e por fim os algozes e eles possam interagir desempenhando assim seus papéis.

O palco, ou melhor, o patíbulo foi montado no Campo do Erário, lugar denominado pelos patriotas de Campo da Honra. Atualmente é denominado por Praça da República. Segundo Pereira da Costa a recente denominação serve “como que em glorificação dos mártires republicanos que ali foram sacrificados, regando assim o solo da pátria com o seu

precioso sangue em prol da república, da causa da liberdade” (COSTA: 1958, 507). O Padre Dias Martins contemporâneo das execuções descreve o cenário da seguinte forma: “(...) apareceu logo de manhã cedo, armado no Campo da Honra, ou do Erário, uma alta fôrca, que sòmente vista espantava e despedaçava os corações. 400 homens de guerra foram postados em alas pelas ruas, que desde as Cinco Pontas vinham finalizar na fôrca” (COSTA: 1958, 508).

A platéia ou o público, ambos os termos aqui imbricados para designar “uma soma dos que assistem a uma representação, tendendo a passividade” (RIBEIRO: 2004, 32), neste caso os soldados do Regimento de Artilharia de Pernambuco. Eles foram alocados em seus devidos lugares, como ainda nos descreve o clérigo Dias Martins:

“pelas nove horas, saíram daquele quartel quase oitocentos soldados desarmados, restos dos dois antigos regimentos de Pernambuco, e ao som das suas músicas militares marcharam para o Campo da Honra e foram postados em roda da fôrca, ficando cercados de um parque de artilharia com morrões acesos, e pela cavalaria da Bahia as alas se foram unindo na retaguarda e reuniam por fim no mesmo Campo” (COSTA: 1958, 508).

É importante destacar que toda encenação provoca emoção em seu público, Ribeiro nos indica que este sentimento caminha para a passividade, ou seja, um passivo espectador que se limita ao fascínio de apenas assistir e se nega a ação. No entanto, Balandier nos aponta que nos grandes julgamentos políticos a cena se torna tão dramática que o anseio do momento pode levar da reprovação até a cólera e o ódio dos espectadores. É por isso que a Comissão Militar precavendo uma provável reação cercam os soldados com um parque de artilharia, morrões acesos e a tropa de cavalaria bahiana.

A cena começa após o ator político, Domingo Theotônio Jorge Martins, ter passado um longo tempo nos degraus da prisão esperando os demais personagens realizar suas cenas, ou como nos diz Tollenare formarem o cortejo:

“Os condenados de corda ao pescoço, esperam por longo tempo, sobre os degraus da prisão, a formação do cortejo. Os soldados marcham com as armas em funeral, e os tambores rufam surda e sinistramente. As irmandades chegam lentamente, umas depois das outras, trazendo bandeiras que vêm sucessivamente inclinar diante dos pacientes. Deseja-se e crê-se que a última vai determinar a partida” (TOLLENARE: 1978,195/196 ).

O espetáculo apenas começou, a marcha fúnebre enfatiza o espetáculo, as irmandades e as deputações eclesiásticas aumentam a dramaticidade com suas orações e cânticos afim de que o réu confessasse seus crimes em público. O ator principal é conduzido ao palco “Saiu então

da cadeia Domingos Theotônio, vestido de alva, acompanhado do sacerdote exortante e pia Irmandade da Misericórdia” (COSTA: 1958, 508).

É a vez das instâncias judiciais e a decretação da sentença:

“ Ao aparato militar e religioso, vem se juntar o da lei inflexível. Um oficial de justiça, vestido de luto e de manto negro, se apresenta. Está montado em um cavalo preto e vem precedido de um alcaide, também a cavalo, vestido de vermelho e trazendo um círio aceso na mão. O juiz segura o rolo de papel é sentença. A sua fisionomia é austera e impassível; as filas se entreabrem, com deferência, à sua aproximação. (...) novas deputações do clero aparecem em longas filas e vêm recitar as orações das quarenta horas. Do alto do patamar os condenados assistem à todas estas lúgubres cerimônias (TOLLENARE: 1978,195/196 ).

Os algozes escolhidos para a execução da pena, não eram funcionários nem do aparato militar nem muito menos poder judicial. Eles eram homens pertencentes a um grupo étnico-social que sofria perante a sociedade da época duas discriminações bem fortes, a mácula da cor da pele e sua condição jurídica, estarem na condição de um criminoso. Para salvaguardar as próprias vidas, os algozes tiveram de retirar a vida de outros “O cortejo é formado pelos executores; são dois negros criminosos condenados à morte, mas, poupados a fim de servirem como algozes” (TOLLENARE: 1978,195/196 ).

O julgamento caminhava para o seu fim, pois a morte física ou moral do ator político é a meta daqueles que no momento executam o poder a fim de salvaguardar os valores e a forma da sociedade que defendem. No instante final, Domingos Theotônio pronuncia:

“Meus patrícios, a morte não me aterra; aterra-me a incerteza do juízo da posteridade. Peço perdão aos meus patrícios, e a todos os circunstantes dos escândalos e males que lhes tenho causado, e particularmente aos camaradas presentes, de tudo que sofrem por minha culpa. Tenho um filho por nome Domingos, a quem só lhes deixo a bênção de Deus, e lhe rogo que de hora em diante se chame Domingos da Providencia, a quem o entrego....” (COSTA: 1958, 508).

E antes de terminar suas palavras o algoz apertou o laço e a vida de Domingo Theotônio Jorge chegou ao fim. Os algozes tendo assim cumprido suas funções o corpo foi esquartejado e exposto no quartel da artilharia e na rua da Soledade e as tropas de primeira linha foram embarcadas com destino à Montevideu e São Pedro do Rio Grande do Sul. Nos dois momentos foram 1523 praças. A punição dizia Luiz do Rêgo serviria para recobrem a dignidade, pois puderam assistir ao espetáculo do poder real sacrificando duas vidas como retaliação a um grande efetivo militar. Contudo para os soldados e seus familiares significava

mais uma agrura, pois se distanciava de sua terra natal como também o retorno a mesma era incerta.

## FONTES

COSTA, Francisco Augusto pereira da. **Anais Pernambucanos (1795-1817)**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1958, v. VII.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. 3ªed. Recife: Imprensa industrial, 1917.

TOLLENARE, Louis- François de. **Notas dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978.

## BIOGRAFIA

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil: 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. **A política como espetáculo**. In: DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90 política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 2004, p. 31 a 48.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos**. Vols. 01 ao 05. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica, prova**. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Oliveira. Notas In: TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. 3ªed. Recife: Imprensa industrial, 1917.

MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórica**. 2.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

NEVES, Maria Lúcia P. Bastos. **Corcundas constitucionais e a cultura política da**

**independência 1820-1822.** Rio de Janeiro: Revan, s/d.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROSAVALON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História.** N15, Vol. 30, 1995.